

# **ESTUDO DE LIMITES E POTENCIALIDADES PARA CONSTITUIÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM LARANJEIRAS DO SUL/ PR**

Janete Stoffel. Dr<sup>a</sup> em Desenvolvimento Regional pela Unisc. Docente na UFFS  
Grasieli de Fátima Rode. Discente em Ciências Econômicas na UFFS  
Pedro Ivan Christoffoli. Dr em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de  
Brasília. Docente na UFFS  
Raoni Fernandes Azeredo. Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América  
Latina e Caribe na Unesp. Bolsista no NECOOP na UFFS  
[janete.stoffel@uffs.edu.br](mailto:janete.stoffel@uffs.edu.br)  
[grasy\\_rode@hotmail.com](mailto:grasy_rode@hotmail.com)  
[pedroivanc@gmail.com](mailto:pedroivanc@gmail.com)  
[raoniazeredo@gmail.com](mailto:raoniazeredo@gmail.com)

Grupo de trabalho: GT 4 – Articulação de catadores e economia solidária

## **RESUMO**

A organização de catadores de materiais recicláveis em organizações associativas ou cooperativas está inserida no contexto da economia solidária e do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o objetivo deste estudo é identificar limites e potencialidades para a constituição de cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR. Quanto aos fins a pesquisa constitui-se em descritiva e exploratória. No que tange aos meios utiliza-se de recursos bibliográficos e pesquisa de campo. Em relação ao primeiro método além de abordar sobre economia solidária e desenvolvimento sustentável, também apresenta a experiência da Associação dos Agentes Ecológicos São José Operário, existente no município de Laranjeiras do Sul/PR. Na pesquisa de campo, em andamento, o objetivo consiste em conhecer o perfil socioeconômico dos catadores e seus limites e avanços no tocante ao trabalho associativo e cooperativo. A partir destes dados poderão ser averiguadas as condições para a constituição de uma cooperativa de catadores no município supracitado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento. Sustentabilidade. Recicláveis. Catadores. Cooperação.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os debates sobre desenvolvimento sustentável, em especial a partir da década de 1980, avançam gradativamente, reagindo à exigência de medidas imediatas, no que tange à

consciência da sociedade de que os recursos naturais são escassos. Toda e qualquer ação em prol da preservação e manutenção do ambiente é relevante e necessária para a existência das gerações futuras. Nesse sentido, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, desempenham papel considerável em prol do ambiente. Estes catadores além de obter sustento para as suas famílias com a atividade, contribuem para com a sociedade, na prestação de um serviço ambiental, o que os torna importantes agentes na reciclagem e sustentabilidade (MMA, 2015).

A possibilidade de que os catadores atuem de forma cooperativa aponta para a importância de destacar a Economia Solidária. Esta, nas últimas décadas, tem denotado vasta expressão e espaço social, promovendo perceptibilidade a um grande campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida sustentados a partir da propriedade coletiva, autogestão, da solidariedade e do coletivismo (SINGER, 2000; GOMES, 2013). O desenvolvimento subjacente atual foi impulsionado pela crise estrutural do capitalismo, que é vivida de maneira desproporcional pela classe trabalhadora, com intensidade e ritmos diferenciados e que contribuem na elevação do desemprego, das más condições de trabalho e desacato aos direitos sociais e trabalhistas conquistados por meio de lutas (GOMES, 2013).

No caso dos Catadores de Materiais Recicláveis observa-se um perfil de exclusão social, com baixíssimo grau de instrução formal. Estes grupos vêm se mobilizando e demonstrando suas potencialidades de inovação através do seu fortalecimento enquanto profissionais da coleta seletiva e reciclagem, buscando autonomia e compartilhando problemas e experiências comuns. No entanto deve-se destacar que “[...] na maioria das vezes, o trabalho da catação é realizado informalmente” (MAGALHÃES, p.15, 2012), mesmo havendo um grande crescimento de organizações associativas e cooperativas. Outro fator que reforça a relação do catador com a exclusão social é o preconceito proveniente da própria atividade por derivar do que é descartado pela sociedade: o lixo (IPEA, 2013).

No caso da região em que o município de Laranjeiras do Sul - PR está inserido, os indicadores de desenvolvimento são baixos, comparados ao restante do estado do Paraná. Isso reflete uma região fragilizada e que necessita de atenção especial. Tais condições tornam ainda mais importante o papel da Universidade da Fronteira Sul – Campus

Laranjeiras do Sul, em realizar trabalhos de extensão e pesquisa na perspectiva de fortalecer segmentos sociais marginalizados, tais como é o caso dos catadores de materiais recicláveis do município supracitado.

Diante das problemáticas evidenciadas no referido município, de uma grande parcela de catadores ainda estarem trabalhando nos meandros da informalidade (individualidade), este artigo vem ao encontro da extrema necessidade que os catadores de materiais recicláveis estejam bem organizados enquanto organização coletiva. A partir desta estruturação poderão obter maiores benefícios enquanto grupo, promovendo inclusão social e econômica entre seus associados, valorizando o ambiente, e sendo indutores de uma estratégia de desenvolvimento regional.

Na compreensão de Aquino et.al. (2009, p. 15) “[...] o caminho da organização dos catadores em empreendimentos auto gerenciados e a articulação destes em redes ou federações” constitui-se em possibilidade que pode ser adotada pelos catadores, no sentido de obterem mais benefícios em sua atuação profissional.

Desta forma, diante da realidade dos catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul, existe a necessidade de um estudo mais aprofundado, no intuito de encontrar melhores formas de organização para este grupo. Dessa preocupação surgiu a pesquisa a partir da qual este trabalho é resultado e que procura ater-se principalmente à seguinte questão: Quais os limites e potencialidades para constituição de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR? Buscando elucidar resposta a esta indagação, o presente trabalho tem como principal objetivo identificar limites e potencialidades para constituição desta cooperativa.

Para dar conta desta discussão o artigo aqui apresentado, está estruturado em quatro sessões, sendo a primeira delas essa introdução. A segunda sessão é composta pela abordagem do papel dos catadores de materiais recicláveis para o desenvolvimento sustentável. A terceira sessão trata da Economia Solidária e do Movimento Nacional de Catadores. A quarta sessão aborda as percepções da Coleta Seletiva no município de Laranjeiras do Sul/PR e alguns adendos dos limites e potencialidades da criação de uma cooperativa de catadores neste município. Por fim são apresentadas considerações finais acerca dos aspectos identificados neste texto e por fim são apresentadas as referências utilizadas.

## **2 O PAPEL DOS CATADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A população mundial, conforme dados de 2011, era de sete bilhões de pessoas. Há estimativas de que até 2050 esta população alcance aproximadamente oito bilhões e 900 mil pessoas (UNFPA Brasil, 2015). A Organização das Nações Unidas (2015) publicou sua preocupação quanto ao crescimento da população argumentando que tal expansão por ser rápida e contínua implicará na totalidade dos aspectos da vida da população do planeta. Neste sentido a preocupação é de que este crescimento incide atenção quanto à saúde, envelhecimento, migração da população, urbanização, demanda por habitação, acesso à água potável e abastecimento de alimentos.

O crescimento acelerado da população exige que medidas importantes sejam adotadas, pois o consumo exacerbado é prejudicial e, sobretudo os recursos existentes no mundo são escassos. Em geral, o modelo de crescimento econômico adotado pela humanidade, segundo Lage (2001, p. 17), “[...] gera grandes desequilíbrios e poucos valores genuínos de uso na sociedade [...]”. A autora destaca que esse modelo trouxe crescimento econômico, entretanto deixou várias sequelas:

Se de um lado a humanidade acumulou enormes riquezas, facilidades tecnológicas e uma gama imensa de conhecimentos adquiridos, restrita a pequenos grupos, do outro lado depara-se com problemas decorrentes da degradação ambiental, tais como escassez de recursos naturais, as catástrofes climáticas e a poluição, além da pobreza e miséria aumentando crescentemente (LAGE, 2001, p. 17)

Magalhães (2012), também ressalta que a vida útil de muitos bens e mercadorias tem prazo reduzido, são elaborados para serem rapidamente descartados e substituídos por novos bens. “[...] Isso gera obrigatoriamente um volume enorme de coisas/ materiais que recebem o nome de resíduos<sup>1</sup>” (MAGALHÃES, p. 13, 2012). Tendo em vista que só existe um planeta terra, Lage (2001) destaca que é de grande importância se pensar um

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei n. 12.305/2010 - Art. 3º, XVI resíduo corresponde ao “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe a proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou de corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”

desenvolvimento que tenha estreita ligação com o meio ambiente, justiça social e cidadania. Lage (2001) e Magalhães (2012) avançam para a sugestão de que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo integrado em que o uso dos recursos deve partir da lógica da posterior substituição e reposição destes.

Neste sentido, o tema sustentabilidade ganha mais força, pois cada vez se torna mais necessário o reaproveitamento e uso consciente dos recursos naturais, numa lógica de desenvolvimento sustentável. Sachs (2004) define o conceito de sustentabilidade como sendo algo que une a sociedade, o meio-ambiente e a economia de forma equilibrada, ou seja, sustentável. O desenvolvimento sustentável transcreve a capacidade de atender as necessidades da população mundial, sem que para isso, as populações futuras sejam penalizadas. Veiga (2010), deixa claro, que a formalização de um ambiente sustentável, não é algo que será formado da noite para o dia, o autor salienta que “[...] é fundamental que seus usuários rompam com a ingenuidade e se informem sobre as respostas disponíveis para a pergunta o que é sustentabilidade?” (VEIGA, 2010, p. 113).

Na caminhada que se busca rumo ao desenvolvimento sustentável, considera-se que o tema é demasiado recente, a preocupação surge na década de 60, por influência dos americanos, conforme destaca VEIGA (2010, p. 114):

O que fez surgir essa expressão foi o debate, principalmente americano, na década de 1960 – que polarizou ‘crescimento econômico’ *versus* ‘preservação ambiental’, inteiramente impregnado por um temor apocalíptico da ‘explosão demográfica’, mesclado ao perigo de uma guerra nuclear ou da precipitação provocada pelos testes.

Mas a legitimação e popularização do assunto “desenvolvimento sustentável”, se fortaleceu a partir de 1987, quando Gro Harlem Brundtland, (presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), em uma Assembleia Geral da ONU, definiu o tema como um conceito político e amplo para a evolução econômica e social. A partir das reflexões tomadas nessa Assembleia, foi publicado um livro, *Relatório Brundtland* (LAGE, 2001; SACHS, 2008; VEIGA, 2010), obra que passou a ser uma das referências em termos de desenvolvimento sustentável.

Posteriormente na conferência Rio-92, a expressão é consagrada. Essa conferência foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, nela foram assumidos diversos compromissos,

por parte dos países, em busca de um desenvolvimento sustentável. Os compromissos em questão estão concentrados na Agenda 21, que é um documento que contém as recomendações para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Em suma, a Agenda 21 se constitui em grande avanço, seu plano de ação estratégico, a nível mundial, com ações que idealizam um mundo mais equilibrado, podem minimizar impactos que o ser humano infere sobre a natureza (LAGE, 2001).

As reflexões acerca do tema desenvolvimento sustentável foram se aprimorando e a possibilidade de aliar crescimento econômico com sustentabilidade, deixou de ser uma realidade utópica. Torres (2008, p. 38) destaca que “[...] pode-se alcançar um patamar de evolução que una três importantes vertentes: a inclusão social, o respeito ambiental e a sustentabilidade econômica [...]”. Em relação ao desenvolvimento sustentável, Lage (2001), e VEIGA (2010) argumentam que este tem de estar relacionado com ações que devem ser vistas no longo prazo, considerando o tempo que a natureza tem para se recompor, para que as populações futuras contem com a garantia de uma vida mais justa. Torres (2008) enfatiza que há muitas dificuldades no que tange às alterações de padrões de pensamento. Quebrar paradigmas não é tarefa fácil, e é por isso que acerca do tema Desenvolvimento Sustentável existem muitas limitações que vão desde a sua definição, até a aplicação: “[...] entende-se que o processo de mudança para um mundo mais justo e que respeite a natureza está acontecendo, mas para seu ápice é preciso que juntemos esforços para que este momento chegue o quanto antes [...]” (TORRES, 2008, p. 40).

Nessa premissa, os catadores de materiais recicláveis, desempenham papel crucial na evolução de um desenvolvimento econômico. Eles encontram na reciclagem do lixo “um meio para a sobrevivência, muitas vezes não encontrada em outras atividades em razão de questões estruturais como as crises econômicas e a falta de oportunidades no mercado de trabalho” (MAGALHÃES, 2012, p.13-14). O desemprego causa danos profundos ao indivíduo que se encontra nesta situação e segundo Sen (2010, p. 130)

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.

Singer (2002) tem uma explicação para esse desemprego, segundo ele é consequência do sistema capitalista. Para este autor, uma sociedade mais igualitária pressupõe uma economia que seja solidária, no lugar de competitiva, “[...] isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2002, p. 9).

Portanto, a coleta dos materiais recicláveis, além de ser uma forma de emprego, ainda que informal (quando não organizadas em associações/cooperativas), constitui fonte de geração de renda para o grupo de catadores. E além de corresponder a uma ocupação profissional, a atividade prestada os torna objetos importantes na construção de um desenvolvimento sustentável, haja visto que contribuem na manutenção da limpeza pública e destinação correta dos resíduos.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES**

Segundo Singer (2002), o sistema capitalista “força” que os trabalhadores recorram a novas alternativas, em busca de uma maior igualdade. Dal Ri (2010) aponta como saída para estes trabalhadores a criação de associações, cooperativas, empresas com autogestão, em que

O fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica a capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das atividades coletivas nos grupos informais, associações, cooperativas, empresas auto gestionárias, entre outras (DAL RI, 2010, p. 51).

Singer e Souza (2000) e Dal Ri (2010) destacam que as organizações, que visam se organizar sob forma de economia solidária enfrentam grandes desafios. O simples fato de estarem inseridas num sistema contraditório, no caso o sistema capitalista, faz com que estas organizações tenham que lidar com preconceitos, individualismos, autoritarismo, subjacentes de defensores do sistema capitalista (SINGER; SOUZA, 2000; DAL RI, 2010). Neste sentido,

*A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (...) Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. ” (SINGER; SOUZA, 2000, p.13).*

Dessa forma, se percebe que o objetivo da economia solidária vem ao encontro da necessidade dos catadores de materiais recicláveis. Uma organização de coleta de materiais recicláveis solidária, além de melhorar a renda dos associados, fornece melhores condições de trabalho, permite a regularização trabalhista destes trabalhadores, contribui para a redução de acidentes de trabalho, reconhecendo a profissão de catador, contribuindo para a melhora da auto estima destes seres humanos.

É neste âmbito que aliado ao desemprego estrutural e à precarização do trabalho, intensificados com o avanço do capitalismo financeiro, catadores(as) de todo o Brasil tem se organizado por meio do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável), cuja mobilização iniciou em meados de 1999. O movimento vem se consolidando na luta pela inclusão e valorização social destes trabalhadores e por sua organização na forma de cooperativas, visando criar postos de trabalho para esta classe trabalhadora (RIBEIRO, 2009).

Uma conquista importante, obtida pela motivação e lutas do MNCR, ocorreu no ano de 2001, em Brasília, que foi a realização do 1º Congresso Nacional dos (as) Catadores(as) de Materiais Recicláveis. Esse encontro reuniu aproximadamente 1.700 catadores (as). Neste primeiro congresso foi lançada a Carta de Brasília, um documento que contém as necessidades sociais e profissionais dos catadores de materiais recicláveis. Já em 2003, em Caxias do Sul (RS), aconteceu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, que também foi muito importante na disseminação da luta dos catadores e fortalecimento do MNCR. Neste congresso foi divulgada uma nova carta que relatava a situação desse segmento na América Latina. Sobre isso, Ribeiro (2009. p. 3) destaca que

Para garantir os processos de mobilização e participação dos catadores desde o empreendimento até a representação nacional, o movimento decidiu por uma estrutura em rede com os seguintes elementos: Bases Orgânicas, Comitês Regionais, Coordenações Estaduais, Comissão Regional e Nacional.

Assim, o MNCR atua de forma a contribuir para a garantia de melhores condições de vida aos catadores de materiais recicláveis. Neste sentido o movimento pressiona governos e Estado na formação de emprego e renda para minimizar a questão da exclusão social vivida por estes indivíduos, que se encontram marginalizados, atuando na exploração do trabalho precário e subordinado. Sobretudo, os catadores não possuem poder de negociação frente aos atravessadores, pois na maioria das vezes, fazem somente a intermediação comercial, não tendo controle da logística geral, como armazenagem, transporte, processamento e transformação, que envolve os materiais recicláveis (ROCHA, 2012).

Em geral, a categoria de catadores de materiais recicláveis ainda é pouco organizada, se constituem dependentes dos atravessadores e isso os torna ainda mais vulneráveis à sociedade (ROCHA, 2012). As más condições de trabalho aliadas a dependência, fazem com que o círculo de trabalho desses indivíduos seja visto como

(...) cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Eles vendem materiais recicláveis para ferros-velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores; um dilema moral do setor de reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores (IPEA, 2009, p.21)

De maneira geral, ainda que estes catadores estejam engajados em formas associativas de produção, necessitam de atenção especial, apoio através de políticas públicas, ações de fomento, que não são diferentes de outros empreendimentos de economia solidária, que também possuem necessidades imediatas. É necessário possibilitar a esses catadores condições para que tenham acesso a formação e assessoria técnica, na finalidade de que possam gerir seus empreendimentos e tenham maior conhecimento quanto a cadeia que envolve os recicláveis. Torna-se importante também a realização de programas de qualificação social com profissionais específicos, que possam dialogar com as necessidades e pretensões desse grupo, a fim de consolidar o desenvolvimento de meios

sociais adequados para constituir estas associações e cooperativas (GOMES, FARIA, SILVA, 2012).

As associações e cooperativas se configuram um dos caminhos trilhados pelos catadores (as) organizados do Brasil no intuito de melhorar a organização e a qualidade do trabalho na área de coleta seletiva e reciclagem. Estas são aqui entendidas como *o processo de transformação dos resíduos sólidos (...) com vistas à transformação em insumos ou novos produtos (...)*<sup>2</sup>, tentando adotar este processo com a incorporação dos princípios da Economia Solidária.

A mobilização dos catadores em prol de obterem uma política pública para o setor, baseada na Economia Solidária também vêm se fortalecendo. Para tal, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo<sup>3</sup> e a inclusão de recursos orçamentários<sup>4</sup>, na finalidade de fornecer suporte as ações dos empreendimentos solidários de reciclagem. Estas ações contribuem para apoiar de forma institucional o trabalho cooperativado da coleta seletiva e da reciclagem de materiais, avançando ainda no que tange ao marco legal sobre o tema (ROCHA, 2012). Este autor também destaca que o governo federal vem promovendo ações no sentido de beneficiar os catadores

As iniciativas do governo federal, de unir coleta seletiva e valorização da mão de obra dos catadores, culminou na promulgação do Decreto 5.940/2006 que trouxe o conceito de *Coleta Seletiva Solidária*<sup>5</sup>, agregando valor ao trabalho dos catadores de materiais reciclados, visando a sua inclusão social e geração de trabalho e renda por meio do cooperativismo e do associativismo. Esta legislação estabeleceu a obrigação dos órgãos públicos de todas as esferas a realizar a coleta seletiva em suas dependências e destinar os materiais recicláveis a entidades reconhecidas dos catadores. Esta foi, sem dúvida, uma grande conquista legal para o meio ambiente, para os catadores e para a sociedade (ROCHA, 2012, p. 5).

No Brasil, os avanços em termos legais, com relação ao cooperativismo já contam com importantes marcos legais, como por exemplo o Decreto N.º 1.637 de 5 de janeiro de

---

<sup>2</sup> Segundo o inciso XIV do Art. 3.º da Lei n.º 12.305 de 02 de agosto de 2010 que altera a Política Nacional de Resíduos.

<sup>3</sup> Decreto s/n de 11.09.2003.

<sup>4</sup> Recursos provenientes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Petrobras, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal,

<sup>5</sup> Decreto n. 5.940/2006 - Art. 2º, I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (ROCHA, 2012, p. 5)

1907, o Decreto n.º 22.239 de 19 de dezembro de 1932 e a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo. Entretanto, ainda há muito o que ser construído pois a realidade nacional não é condizente, afinal são estabelecidos requisitos e obrigações que impossibilitam a inclusão de grupos sociais que cumprem tais exigências.

Muitas conquistas já foram alcançadas até aqui, no intuito de melhorar e intensificar o desenvolvimento da realidade dos catadores de materiais recicláveis, entretanto, muito ainda precisa ser feito. Compartilhando da ideologia de Lage (2001), cabe ressaltar que “desenvolvimento”, não se configura tarefa fácil e tem direta relação com ações vistas no longo prazo. Portanto uma realidade complexa, como a vivida pelos catadores de materiais recicláveis, não é possível ser mudada bruscamente de uma hora para outra. Nesta premissa, tem-se buscado construir alicerces no município de Laranjeiras do Sul/PR, no sentido de promover a melhora da qualidade de vida de catadores, estimulando para que possam se organizar em cooperativa. Entretanto, este objetivo apesar de apresentar inúmeras potencialidades ainda oferece grande número de limitações, algumas das quais são apresentadas na próxima seção.

#### **4 PERSPECTIVAS DE UM GRUPO DE CATADORES EM LARANJEIRAS DO SUL/PR NO QUE TANGE À CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA**

O município de Laranjeiras do Sul/PR, no qual é desenvolvido o presente estudo, está localizado na região Centro-oeste do estado do Paraná. Possui 30.777 habitantes, dos quais 81,33% residem em área urbana e o restante no meio rural (IPARDES, 2015). Tendo em vista que a maior parte da população está localizada no espaço urbano, é perceptível a relevância da gestão de resíduos sólidos neste espaço.

Com base na publicação, em âmbito nacional, da Lei nº 12.305/2010 em 2 de agosto de 2010<sup>6</sup>, os municípios passam a ser responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, cabendo aos órgãos federais e estaduais a fiscalização e monitoramento do cumprimento das exigibilidades previstas na referida lei. As exigibilidades foram o fator

---

<sup>6</sup> Em alteração à Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

crucial, responsável pelo enquadramento dos municípios brasileiros, dentre eles Laranjeiras do Sul/PR, quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

A Lei 12.305/2010 exige que todas as esferas governamentais e Distrito Federal realizem a construção dos seus respectivos Planos de Resíduos Sólidos, assim como a gestão dos resíduos sólidos produzidos em seus próprios territórios. A disposição final prevista pela Lei 12.305/2010 delimitou um prazo de quatro anos, a contar da data de publicação da lei, para que os agentes supracitados passassem a cumprir o que está preconizado. Ou seja, todos os municípios deveriam atender aos preceitos desta lei até agosto de 2014. Caso a regularização não ocorresse no prazo previsto, a penalização para os municípios seria deixarem de ter acesso aos recursos da União, destinados a empreendimentos e serviços relativos à limpeza urbana e manuseio dos resíduos sólidos (BRASIL, LEI 12.305/2010).

Em relação ao atendimento à Lei mencionada, o cenário do município de Laranjeiras do Sul/ PR não era favorável quanto as adequações, pois além do município não possuir um plano de resíduos sólidos, destinava resíduos e rejeitos<sup>7</sup> a um vazadouro a céu aberto, sem que existisse qualquer técnica ou controle na distribuição desses, ou seja, permanecia inadequado ambientalmente perante a Lei. O município não possuía aterro sanitário e a coleta dos resíduos na tentativa de transformá-los em materiais recicláveis, também ficava prejudicada. Essa situação perdurou até meados do ano de 2014, pois foi somente a partir de junho desse ano, que o poder público municipal passou a desenvolver ações quanto a gestão de resíduos sólidos, promovendo processo de coleta seletiva.

Com o objetivo de contribuir para a discussão sobre a importância da coleta seletiva e o desenvolvimento sustentável em Laranjeiras do Sul, em abril de 2014, iniciou-se um projeto de extensão na Universidade Federal da Fronteira Sul. A equipe do projeto pretendia debater a importância da reciclagem, oferecendo apoio e exigências em relação à prefeitura municipal para que a coleta seletiva passasse a acontecer. Em um primeiro momento os integrantes da equipe efetuaram um levantamento da realidade do município

---

<sup>7</sup> Em conformidade com a Lei n. 12.305/2010 - Art. 3º, XV são rejeitos todos os “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não seja a disposição final ambientalmente adequada”.

de Laranjeiras do Sul, com relação a coleta seletiva de lixo. Na sequência passaram a articular em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a organização da coleta seletiva, e passaram a desenvolver ações para contribuir com a conscientização da população no que diz respeito a esse assunto, buscando o apoio da população na destinação correta de lixo no município supracitado.

Antes da implementação da primeira coleta seletiva no município de Laranjeiras do Sul, foi realizada uma campanha de conscientização, promovida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em parceria com o governo municipal, via Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Nesta campanha foram produzidos materiais instrucionais, distribuição de cartazes, divulgação nos meios de comunicação, utilização de carro de som. Tais ações procuraram envolver o maior número possível de atores da sociedade, no sentido de fomentar o acesso a informação e disseminar as informações sobre o funcionamento da coleta seletiva que seria iniciada no início de junho. De forma complementar também foi realizado um evento com a comunidade local, procurando mobilizar as pessoas para que colaborassem quando a coleta seletiva fosse iniciada.

Em relação ao processo da coleta seletiva, a prefeitura destinou um caminhão para utilização exclusiva materiais recicláveis. Informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2015) dão conta de que o investimento anual na implementação deste tipo de coleta foi de R\$ 701.610,00. Em 5 de junho de 2014 foi realizada a primeira coleta seletiva, sendo que neste primeiro mês a coleta era realizada somente na região central do município, sendo destinados três dias de coleta nesta região (segundas, quartas e sextas feiras). Nesse primeiro mês foram coletadas aproximadamente 50 toneladas de lixo reciclável. A partir do mês de julho, foi incorporada a coleta nos bairros (nas terças, quartas, quintas e sábados). Nesse mês, foram coletadas 58 toneladas e no mês de agosto 72 toneladas, um avanço de 28% em 30 dias e de 40% em 60 dias. Os materiais recicláveis recolhidos pela Prefeitura Municipal, são distribuídos entre os grupos de catadores existentes no município. Uma parte destes resíduos são destinados à Associação de Catadores São José Operário, que posteriormente vende os materiais coletados a compradores externos (Secretaria Municipal de Meio Ambiente/LS, 2015) que vem até o barracão dos catadores e levam o material para seus destinos.

A Associação de Catadores São José Operário (AESJO), atua no município de Laranjeiras do Sul a aproximadamente sete anos. Foi constituída em 1 de dezembro de 2007, época em que apenas o estatuto foi criado. Em 19 de fevereiro de 2008 houve o registro do CNPJ. A criação da associação se deu no intuito de ajudar famílias mais pobres que não possuem escolaridade e nem outra forma empregatícia, objetivando apoiar, desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente. No período inicial contava com 19 associados, que além de receber o material coletado pela prefeitura, também utilizavam carrinhos de tração humana e animal na coleta dos recicláveis. Para o armazenamento dos materiais coletados, utilizam de um barracão cedido pelos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), localizado em região próxima ao centro da cidade. Em 2015 a AESJO conta com um quadro de 25 associados (PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DE LARANJEIRAS DO SUL, 2014) que até junho de 2014 atuavam na coleta individual de materiais recicláveis e no barracão efetuavam a separação dos materiais. A partir da implantação do processo de coleta seletiva no município a tentativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi enviar cargas de materiais recolhidos pela coleta seletiva para esta associação.

Entretanto, o que em um primeiro momento parecia ser uma excelente iniciativa do poder público em prol do aumento de renda dos catadores, acabou por revelar novos problemas. Um primeiro desafio que os catadores vêm precisando enfrentar, a partir da implantação do processo de coleta seletiva, diz respeito ao fato de que a população ainda não colabora suficientemente, separando corretamente os materiais. Diversas são as ocasiões em que dentre o material recolhido pelos caminhões da prefeitura e que deveria ser apenas resíduo, há uma parcela significativa de materiais que são rejeitos. Tal situação dificulta o trabalho dos catadores pois acaba chegando até eles muito material que não possui valor de venda e acaba por gerar acúmulo de sujeira que precisa ser retirada pela prefeitura municipal. Em dias de calor estes rejeitos provocam mau cheiro o que acaba por gerar descontentamento entre os vizinhos que em diversas ocasiões já acenaram com reclamações tanto em relação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quanto em relação à Promotoria Pública.

Em relação à organização do grupo de catadores da AESJO as dificuldades observadas dizem respeito à precariedade do trabalho, começando pela estrutura dos

carrinhos de coleta do material, pois são pequenos e de difícil locomoção. Possuem apenas uma máquina para prensar o material coletado, necessitando de pelo menos mais uma máquina prensadora para agilizar o processo de organização dos materiais coletados. Sem falar que os catadores de materiais trabalham de forma informal e estão desamparados de benefícios como previdência social, tendo em vista que a associação não está totalmente regularizada e enfrenta dificuldades em termos de sua organização. A organização do grupo para além do trabalho individual é precária. Outro desafio a ser superado diz respeito ao local em que o grupo de catadores está localizado. O prédio em que recebem os materiais a serem reciclados fica em região residencial e frequentemente há vizinhos que reclamam do mau cheiro e sujeira que a atividade provoca.

Com o objetivo de auxiliar na organização do grupo e também contribuir para que os problemas sejam diminuídos, desde o início do ano de 2015 dois projetos de extensão, da Universidade Federal da Fronteira Sul, estão buscando realizar acompanhamento das atividades dos catadores. Neste acompanhamento estão sendo identificados limites e potencialidades. Em relação às potencialidades há a perspectiva de que seja elaborado um projeto para captação de recursos financeiros que viabilizem a construção de um barracão adequado ao trabalho dos catadores, já existindo um terreno disponibilizado por parte da prefeitura municipal. Entretanto, as limitações existentes têm dificultado que isto se concretize em curto espaço de tempo.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos projetos até o momento, e direcionadas aos catadores, deve-se ressaltar que semanalmente vem sendo realizadas atividades de acompanhamento no intuito de auxiliar no desenvolvimento do processo de gestão do grupo. Este acompanhamento tem enfrentado desafios que passam pelas resistências em relação às mudanças por parte dos integrantes do grupo, indicando que não se trata apenas de construir as condições ideais para a constituição de cooperativa, mas há também a necessidade de que os catadores entendam esta organização como algo que lhes trará benefícios tanto no curto quanto no longo prazos.

Na busca pela redução na resistência quanto às mudanças, foi oportunizado a um dos integrantes do grupo de catadores a possibilidade de conhecer a experiência dos catadores em Curitiba/PR (atividade do MNCR), com o intuito de que lá observasse como se dá o circuito da catação de recicláveis. Houve também tentativas de apoiar o grupo com

recursos financeiros oriundos de editais direcionados aos catadores, mas sem sucesso até o momento, pois o grande gargalo que ainda se observa é a dificuldade de que o grupo se organize efetivamente em cooperativa a partir da associação existente.

Assim, apesar das várias potencialidades que estão sendo identificadas e apresentadas para os integrantes da Associação de Catadores São José Operário no que tange às melhorias de suas condições de vida, após a organização em cooperativa esta realidade ainda parece distante de ser concretizada. Sabe-se que estas limitações são normais e frequentemente identificadas em grupos como este, e por este motivo é que a persistência deve pautar o trabalho daqueles que pretendem contribuir para que futuramente a organização cooperativa seja uma realidade. Entretanto, isto somente acontecerá de fato se os catadores assim quiserem e conseguirem desenvolver autonomia, o que poderá ser estimulado e concretizado a partir de desejos de mudanças positivas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo proposto por este artigo foi identificar limites e potencialidades para a constituição de cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR. No intuito de encontrar possibilidades para melhor organização coletiva desses indivíduos, considera-se que não se configura uma tarefa fácil, tendo em vista que uma cooperativa exige uma intensa colaboração e participação dos integrantes em todas as etapas de sua construção.

As limitações a serem superadas para a constituição de uma cooperativa, não são poucas, mas entende-se que será necessário um trabalho intenso e de longo prazo no sentido de superá-las. Inicialmente, há a necessidade de aperfeiçoar o trabalho de conscientização da população na separação dos materiais recicláveis. Esta colaboração de todos tornará a coleta seletiva mais eficaz, proporcionando aos catadores maiores ganhos a partir de um volume maior de recicláveis e menores quantidades de rejeitos. Conseqüentemente isto deverá aumentar o volume comercializado e também a renda auferida pelos catadores.

Outro ponto a avançar, diz respeito ao fortalecimento da AESJO diante da perspectiva de se transformar em cooperativa. Entretanto, para que isso se torne realidade é

preciso fortalecer o grupo enquanto associação e posterior organização em cooperativa, sendo necessárias melhorias na infraestrutura e nas condições de trabalho dos catadores. É necessário, ainda, que os associados conheçam novas realidades e se sensibilizem com estas, para que realizem reflexões e se motivem a acompanhar e compreender os benefícios oriundos de uma cooperativa. Também é importante que a AESJO obtenha maior representatividade, ou seja, necessita crescer em número de associados, para se fortalecer como cooperativa pois conforme estudo de Sánchez (2012) há ainda muitos catadores em Laranjeiras do Sul que não fazem parte desta ou outra associação.

No que tange às potencialidades evidenciadas até então, está a possibilidade de acessar recursos financeiros para este segmento, oriundos de editais direcionados a catadores. Entretanto para que estes benefícios sejam utilizados é imprescindível que a cooperativa esteja efetivada. Um exemplo de edital que o grupo já poderia ter acessado é a prestação de serviços de coleta seletiva dentro do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, no qual não há ainda organização que o faça, pois não há no município de Laranjeiras do Sul cooperativa organizada.

Outro potencial, é que em uma cooperativa, os catadores trabalhariam formalmente, tendo direito a previdência e estariam protegidos legalmente, com possibilidades diversas de acesso à benefícios sociais. Atualmente os projetos de extensão, desenvolvidos por docentes e discentes da Universidade Federal da Fronteira Sul, tem enquanto objetivo auxiliar para que a atuação dos catadores possa ser desenvolvida e avance em direção à organização cooperada dos integrantes do grupo. Neste sentido há ações de orientação que não conseguem avançar na agilidade desejada pois há limitações por parte dos catadores seja em termos de autonomia de decisões ou em relação à clareza dos ganhos que poderão obter com sua organização em cooperativa.

Cabe ressaltar, que um passo importante já foi dado no município de Laranjeiras do Sul, que se refere a implementação da coleta seletiva. Entretanto, há a necessidade de que políticas públicas sejam construídas em prol do grupo de catadores e de um detalhamento mais preciso do perfil socioeconômico destes, para que maiores contribuições ocorram. Neste sentido, é preciso que se conheça melhor quem são, como vivem, o que pensam, como trabalham todos os catadores, além de insistir no acompanhamento para que consigam desenvolver a autonomia necessária para se organizarem em forma de

cooperativa. O acompanhamento já vem sendo realizado, enquanto que a pesquisa sobre o perfil dos catadores no município está prevista para ser desenvolvida ainda no decorrer de 2015, enquanto parte integrante de um trabalho de conclusão de curso e também de projeto de extensão de acadêmica e equipe da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul.

Assim, apesar das diversas limitações que ainda são observadas, é importante que estas sejam superadas pelas potencialidades que existem. E que se persista, pois, os catadores são um grupo que necessita significativamente melhorar suas condições de vida.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Israel Fernandes de; CASTILHO JR, Armando Borges de; PIRES, Thyrza S. de Lorenzi. **A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor.** São Carlos, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v16n1/v16n1a03>> Data de acesso: 20 abr. 2015.

BRASIL. LEI 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)> Data de acesso em maio. de 2015.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/trabalho%20associado\\_e-book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/trabalho%20associado_e-book.pdf)> Data de acesso: 24 Abr. 2015.

GOMES, F. L. de Araujo; FARIA, Mauricio F.; SILVA, Anielson B. **Cata a dor e Colhe Esperança: O papel das Cooperativas e Associações de Materiais Recicláveis nas Condições de Trabalho e da Vida dos Catadores de Materiais Recicláveis.** São Paulo: Enapegs, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/261.pdf>> Data de acesso: 28 mai. 2015.

GOMES, Fábio Lucio de Araujo. **Empreendimentos informais como fonte de organização e renda: a experiência de uma cooperativa de materias recicláveis no Estado da Paraíba.** João Pessoa, 2013. Disponível em: <[http://www.ccsa.ufpb.br/ppga/site/arquivos/dissertacoes/dissertacao\\_532.pdf](http://www.ccsa.ufpb.br/ppga/site/arquivos/dissertacoes/dissertacao_532.pdf)> Data de acesso: 28 mai. 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis.** 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/09\\_Eco\\_Crise\\_41.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/09_Eco_Crise_41.pdf)> Data de acesso: 28 mai. 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil.** 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)> Data de acesso: 20 abr. 2015.

LAGE, Allene Carvalho. **Administração Pública orientada para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3547>> Data de acesso: 20 mai. 2015.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Liminaridade e Exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-92MLVK/texto\\_final\\_para\\_cd.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-92MLVK/texto_final_para_cd.pdf?sequence=1)> Data de acesso: 20. Abr. 2015.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Inclusão Social de Catadores.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9341-inclus%C3%A3o-social-de-catadores>> Data de acesso: 20 mai. 2015.

ONU BR Nações Unidas no Brasil. **A ONU e a população mundial.** Disponível em: <[www.nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial](http://www.nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial)> Data de acesso: 20 abr. 2015.

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DE LARANJEIRAS DO SUL, Agosto de 2014. Informações sobre a Coleta Seletiva. Prefeitura de Laranjeiras do Sul, 2014.

RIBEIRO, Solange Queiróz. **A territorialização de catadores em cooperativas de resíduos recicláveis: o caso dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável - COOTACAR/ Cascavel PR.** Marechal Rondon/PR, 2009. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/geolutas/docs/2012/Solange.pdf>> Data de acesso: 28 mai. 2015.

ROCHA, Vanessa José da. **Política Pública de resíduos e o trabalho associativo dos catadores de material reciclável.** Terezina/PI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT01-20.pdf>> Data de acesso: 28 mai. 2015.

RODRIGUES, Osni. **Osni Rodrigues: depoimento.** Entrevistadora: Grasieli de Fátima Rode. Laranjeiras do Sul/PR. 2013.

SACHS, Ignacy, 1927. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÁNCHEZ, Mariano Luiz *et.al.* **A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os Problemas de sua aplicação na cidade de Laranjeiras do Sul.** Projeto de Pesquisa UFFS, 2012.

SEBRAE, **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis:** Guia para Implementação. São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/eco\\_negocios/arquivos\\_eco\\_negocios/livro\\_catadores\\_cap00\\_web.pdf](http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/eco_negocios/arquivos_eco_negocios/livro_catadores_cap00_web.pdf)> Data de acesso: 30 mai. 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE LARANJEIRAS DO SUL. Informações sobre a Coleta Seletiva. Prefeitura de Laranjeiras do Sul, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SINGER, Paul Israel (Org.) & SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** – 1ªed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

UNFPA Brasil, **População.** Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/populacao>> Data de acesso: 20 abr. 2015.

TORRES, Henrique R.; ZANETI, Izabel C. B. B. **Resíduos Sólidos Urbanos:** Uma gestão de valores. Brasília – DF: IV Encontro Nacional das Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT11-917-665-20080510125927.pdf>> Data de acesso: 20 mai. 2015.

VEIGA, José Ely da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.